

26 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Justiça do PR terá mais 25 desembargadores

Assembleia Legislativa também deu aval para contratação de 175 comissionados para auxiliar novos magistrados

José Lazaro Jr.
Reportagem Local

Curitiba - A Justiça do Paraná terá mais 25 desembargadores, além dos 120 em atividade atualmente. O projeto de lei para a criação dessas vagas foi enviado para a Assembleia Legislativa (AL) em dezembro do ano passado e, ontem, foi aprovado em segunda votação pelos deputados estaduais. Cada um dos novos desembargadores terá uma equipe de sete servidores, todos eles comissionados, somando mais 175 funcionários contratados sem concurso público na instituição. Isso vai comprometer R\$ 25 milhões do orçamento do Tribunal de Justiça (TJ) em 2013, estimado em R\$ 1,5 bilhão para este ano.

Desde a extinção do Tribunal de Alçada, em 2005, que o Paraná mantinha apenas 120 desembargadores cuidando dos recursos judiciais. Com a expansão da magistratura de primeiro grau, hoje existem mais de 36 mil recursos represados no Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, aguardando distribuição para os desembargadores do TJ. "A medida possibilitará a criação

de cinco novas Câmaras Recursais de Julgamento, com a respectiva especialização das matérias", justificou Miguel Kfoury Neto, presidente do TJ em 2012, quando o projeto foi elaborado.

"O novo presidente do TJ, Clayton Camargo, já manifestou que deseja criar mais cinco vagas nesse ano, para elevar o número total para 150", adiantou o diretor da Associação dos Magistrados do Paraná, Fernando Ganem. Ele qualificou a mudança como "necessária" e afirmou que, com a abertura da eleição interna do TJ para todos os desembargadores (antes só os 25 do Órgão Especial eram elegíveis), haverá mais "democracia interna" no Tribunal.

Pelo menos cinco dessas novas vagas serão ocupadas por indicações da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná e do Ministério Público (MP), em decorrência da regra do "Quinto Constitucional". Por lei, 20% das vagas no Judiciário devem ser ocupadas por advogados ou membros do MP. Quem decidirá o ocupante final dessas vagas será o governador Beto Richa (PSDB). Primeiro OAB e MP elaboram listas com seis nomes, que são remetidas ao TJ. No Judiciário, corta-se pela metade cada relação, resultando em listas tríplexes, submetidas ao governador.



Mais cinco vagas ainda podem ser criadas, elevando para 150 o número total de magistrados do TJ

26 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Especulação

Nos bastidores da política paranaense, comenta-se que uma das novas vagas no Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná reservadas ao Ministério Público (pela regra do Quinto Constitucional), poderia ser ocupada pelo atual secretário de Estado da Segurança Pública, Cid Vasques, membro licenciado do MP. O boato vem a público junto com especulações sobre troca no comando da Polícia Militar. Cinco meses atrás, em setembro de 2012, Beto Richa trouxe Cid para a Sesp e acomodou o antigo secretário, Reynaldo de Almeida César, na Corregedoria do Estado.

Pelo vidro

A imprensa acompanha o trabalho dos deputados estaduais da parte de trás do plenário, separados por uma barreira de vidro que isola o som. Nem a conversa dos políticos fora dos microfones chega até os jornalistas, nem as entrevistas dadas à imprensa atrapalham o discurso dos parlamentares. Contudo, a barreira não impede o acompanhamento de cenas curiosas. Ontem, enquanto o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo (PT), cumprimentava os deputados, o político Stephanes Júnior (PMDB) sinalizava com o polegar para baixo, de costas para o petista. Outra cena foi uma longa conversa entre Plauto Miró (DEM) e Fábio Camargo (PTB), entrecortada por risadas nervosas e muita gesticulação. Os dois disputam a vaga de Hermas Brandão no Tribunal de Contas (TC) do Estado.

MAZZA

TJ e OAB

Se desembargadores podem eleger seu presidente do TJ por que advogados não têm direito à eleição direta?

26 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Oscip em Santa Helena

O Juízo da Vara Cível da Comarca de Santa Helena (Oeste) concedeu liminar determinando que a Prefeitura de Santa Helena afaste, num prazo de 120 dias, os servidores contratados através da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Confiancce. A decisão foi proferida com base em ação civil pública, por improbidade administrativa, ajuizada pelo Ministério Público (MP). O despacho também decreta a indisponibilidade de bens dos réus (ex-prefeita de Santa Helena Rita Maria Schmidt e representantes da Oscip) e quebra de sigilo bancário e fiscal deles, com o objetivo de apurar a elevação patrimonial.

Contratação de pessoal

O promotor de Justiça Guilherme Giacomelli Chanan contesta a legalidade do Termo de Parceria firmado entre o município e o instituto e aponta ausência de concurso público para contratação de pessoal para o exercício de atividade típica da administração, como motoristas, assistentes sociais, professores, agentes comunitários de saúde, entre outros. O Termo de Parceria foi firmado em março de 2012 e terminaria no próximo dia 30. O valor do contrato foi de R\$ 24,3 milhões.

8ª Vara do Trabalho

O Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) aprovou ontem por 12 votos a 3 a criação da 8ª Vara do Trabalho para a cidade de Londrina. O TRT cogitava instalar a nova unidade em outras cidades do Estado, mas houve mobilização, inclusive de deputados federais, para fortalecer o pleito londrinense.

26 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

MP pede restauração da prisão de médica

Curitiba – A Promotoria de Justiça de Proteção à Saúde Pública de Curitiba protocolou ontem, no cartório da 2ª Vara do Tribunal de Júri, recurso pedindo a restauração da prisão da ex-chefe da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Geral do Hospital Evangélico, em Curitiba, Virgínia Helena Soares de Souza. O juiz Daniel Avelar, responsável pela 2ª Vara, determinará a apresentação, em no máximo 48 horas, de defesa da médica, para decidir se acata o pedido. A médica e outras sete pessoas foram denunciadas por homicídio duplamente qualificado e formação de quadrilha. Eles são acusados de antecipar a morte de sete pacientes. /

MAZZA

A imagem

A medicina como instituição foi colocada muito mal como os desdobramentos da ação policial na UTI do Hospital Evangélico de Curitiba, já atingido moral e financeiramente por sua crise interna desagregadora com as sucessivas greves de médicos e funcionários por não receberem seus salários. Na sequência do ato judicial com a prisão de médicos e enfermeiros seguiu-se a intervenção do grupo ministerial encarregado de apurar as condições de funcionamento de todas as UTIs e que reafirmou a existência de indícios em mais de vinte casos, além dos arrolados, de precipitação da morte de pacientes.

Mais cedo ou mais tarde o Conselho Regional de Medicina e a Associação Médica do Paraná deverão se empenhar na tarefa de recuperação da imagem profissional.

26 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Defensoria Pública

começa a sair

do papel

Posse dos defensores está marcada para 19 de maio; em Londrina atuarão quatro profissionais

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - O processo de instalação das defensorias públicas no Estado, que darão atendimento à população carente, garantindo mais acesso à Justiça, dá mais um passo em maio. Os primeiros 104 defensores tomam posse, sendo quatro profissionais em Londrina e em outras grandes cidades (Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guaparuva e Ponta Grossa), além de uma equipe administrativa, formada por assessores jurídicos, estudantes de Direito, psicólogos e assistentes sociais. A cerimônia de posse dos defensores está marcada para o dia 19 de maio.

As demais comarcas contarão com um defensor, além da equipe administrativa.

Os novos defensores públicos irão substituir os assessores jurídicos que foram contratados por processo simplificado. Em Londrina, o órgão vai funcionar em um imóvel alugado, localizada na Avenida Brasil, 1.032, área central. Em outras

cidades a defensoria deve funcionar, a princípio, em salas dos fóruns de cada comarca.

Nomeação

Na semana passada o governador Beto Richa assinou a nomeação de 54 servidores do quadro geral da Defensoria Pública. Serão chamados 45 agentes profissionais e nove assistentes técnicos, que vão atuar em Curitiba e região. Os profissionais foram aprovados no primeiro concurso público realizado pelo órgão, em agosto do ano passado. Na época foram ofertadas 729 vagas, entre defensores públicos, assessores jurídicos, pessoal técnico e de apoio administrativo.

Segundo a defensora pública-geral, Josiane Bettini Lupion, os demais candidatos aprovados serão chamados após a posse dos primeiros defensores. "A estruturação da Defensoria está acontecendo e, com isso, será possível expandir o atendimento a todo o Estado. Os grandes centros terão equipes maiores porque, além da maior concentração de popula-

ção, nestes locais também se encontram unidades prisionais", destacou.

O órgão foi criado pelo governador Beto Richa em 2011, após 23 anos de espera. A legislação prevê que o órgão seja autônomo, tenha orçamento próprio e possua ouvidoria externa, medida considerada modelo para todos os estados. O Paraná foi um dos últimos estados do País a implantar a Defensoria Pública.

Josiane lembrou que a nomeação está sendo gradativa para que seja respeitado o limite prudencial de gastos com pessoal, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, ela ressaltou que com a estrutura em pleno funcionamento, alguma iniciativas poderão ser tomadas para conseguir atender a demanda da população. "Nada impede, por exemplo, que sejam realizados mutirões em comarcas menores caso o volume de casos esteja grande. Dessa maneira equipes de cidades maiores serão deslocadas para atender a população", explicou Josiane.

26 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Londrina registra 3º ataque contra ônibus em uma semana

Coletivo foi completamente destruído, mas ninguém ficou ferido

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

Londrina - Mais um ônibus do transporte coletivo de Londrina foi incendiado na noite de domingo. Este foi o terceiro ataque em uma semana na cidade. O crime desta vez foi contra a linha 308, no Jardim Bandeirantes (zona oeste). A primeira ocorrência foi registrada no dia 17, no Jardim Novo Horizonte (zona norte). No dia 21, um outro coletivo foi atacado no Jardim Santiago (zona oeste).

Segundo a Polícia Militar (PM), dois homens armados e encapuzados invadiram o veículo por volta das 22 horas, na Rua Serra da Santana, renderam os oito passageiros e o motorista. Os ocupantes do ônibus tiveram os seus celulares roubados e em seguida foram obrigados a descer do coletivo.

Os bandidos espalharam gasolina pelos bancos do ônibus, atearam fogo e fugiram em seguida. O coletivo ficou completamente destruído. Ninguém ficou ferido. A polícia já iniciou a investigação, mas ainda não há informa-

ções sobre os suspeitos.

O Sindicato das Empresas de Transporte de Londrina (Metrolon), divulgou nota afirmando que os mais prejudicados pelos ataques – seja quais forem suas origens e motivação – são os usuários, que têm sua integridade física ameaçada e também deixam de ter ônibus à sua disposição para executar o serviço de transporte público.

O Metrolon informou ainda que as medidas de segurança necessárias já foram tomadas em conjunto com os órgãos de segurança competentes.

O delegado chefe da 10ª Subdivisão Policial (SDP), Márcio Amaro, descartou qualquer hipótese que nestas três situações exista uma ação orquestrada por alguma organização criminosa. "Situações como essas são difíceis de prever. Estamos realizando algumas ações em conjunto com a PM e também com informações da Secretaria de Segurança para diminuir a incidência", informou o delegado.

Márcio Amaro ressaltou que a polícia identificou e prendeu

os quatro envolvidos no incêndio do Novo Horizonte e já pediu a prisão dos dois suspeitos do ataque no Santiago. "Na primeira situação foi um ato de vandalismo e no segundo uma reação a morte de dois homens em um confronto com a polícia", explicou.

No início da tarde de ontem, um Honda Fit foi incendiado no Jardim Interlagos (zona leste). Os bombeiros foram acionados, mas quando chegaram o carro já havia sido consumido pelas chamas. A polícia fez diligências pela região, mas até o início da noite ninguém havia sido localizado. A Polícia Civil descarta qualquer relação com os ataques aos ônibus.

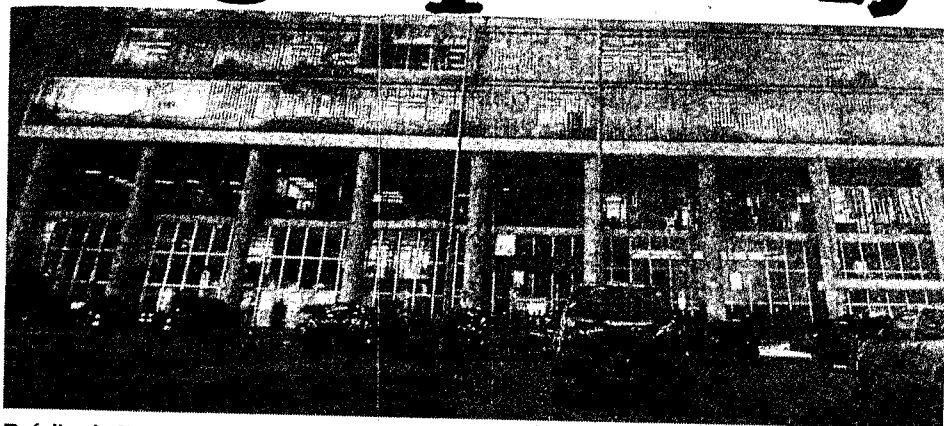
O secretário de Segurança Pública, Cid Vasques, voltou a afirmar que os ataques a ônibus que vêm ocorrendo no Norte do Estado, até o momento, foram ações isoladas. Ele também ressaltou que muitos dos autores destes crimes já foram detidos ou apreendidos (adolescentes). Cid participou da entrega de novas viaturas para a polícia na frente do Palácio Iguazu, em Curitiba, na tarde de ontem.

TJ terá mais

25 cargos de

» JUDICIÁRIO desembargador

Alep cria 25 vagas de desembargador e outros 175 cargos para o TJ



Prédio do TJ: criação de cargos só depende da sanção do governador Beto Richa.

Custo anual será de R\$ 30 milhões.

Tribunal de Justiça, que passará a ter 145 magistrados, alega que decisões judiciais serão agilizadas

Euclides Lucas Garcia

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou ontem, em segunda votação, o projeto de lei que cria 25 cargos de desembargador no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) e 175 vagas comissionadas (de livre indicação) para assessorá-los. A medida custará R\$ 25,4 milhões aos cofres públicos em 2013, e chegará a R\$ 30,1 mi-

lhões em 2015. Hoje o TJ tem 120 desembargadores.

A proposta precisa passar por uma última votação, para a redação final do texto, antes de ser enviada à sanção ou veto do governador Beto Richa (PSDB). Essa terceira votação, porém, é uma etapa de praxe e a criação dos cargos de desembargadores e de servidores para assessorá-los não pode mais ser rejeitada pelos deputados estaduais.

A proposta de criação das vagas no TJ foi apresentada ainda na gestão do desembargador Miguel Kfourri Neto como presidente do Tribunal de Justiça. O TJ alega que a ampliação do quadro de pessoal irá garantir "estrutura adequada ao segundo grau de jurisdição para o enfrentamento das atuais necessidades jurisdicionais". "Existem, hoje,

A Assembleia do Paraná aprovou ontem a criação de 25 cargos de desembargador e mais 175 funções comissionadas (de livre indicação) para assessorá-los. A medida deixa o Tribunal de Justiça com 145 desembargadores e com R\$ 30 milhões a mais de gastos neste ano.

esperando distribuição, cerca de 36 mil recursos", argumenta o TJ.

Adiamento

Nas últimas sessões da Assembleia no ano passado, o projeto do TJ chegou a ser aprovado em primeira discussão, mas acabou tendo a segunda votação adiada, em meio à polêmica das propostas que reajustam custas e taxas cobradas nos cartórios do estado.

Agora, porém, o presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), justificou que os novos cargos que serão criados pelo TJ estão dentro da capacidade financeira que será sustentada pelo orçamento do próprio tribunal. "É uma situação diferente das custas, que impactam diretamente no bolso do cidadão", afirmou.

26 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Câmara se prepara para reduzir a pena por furto e endurecer a de homicídio

Deputados podem votar a partir de hoje um pacote de mudanças no Código Penal, que também inclui a criação do crime de pirataria de TV a cabo

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

Um pacote de nove projetos de lei sobre mudanças no Código Penal começa a ser apreciado entre hoje e amanhã pelo plenário da Câmara dos Deputados. As propostas tratam, entre outros temas, da ampliação do tempo mínimo de prisão para o crime de homicídio e da redução das penas para crimes menos violentos, como furtos. As sugestões vêm sendo debatidas desde 2011 e, caso aprovadas, ainda precisam passar pelo Senado.

As três primeiras proposições que devem entrar na pauta abordam alterações referentes a crimes contra a vida, o patrimônio e a saúde pública.

Para os casos de homicídios simples, por exemplo, a ideia é ampliar a pena mínima de seis para oito anos de prisão. Para os homicídios qualificados, seriam mantidas as penas entre 12 e 30 anos de prisão, mas ampliados o rol de agravantes — como os assassinatos motivados por preconceito (de cor, religião ou orientação sexual) e a morte de jornalistas para evitar a publicação de reportagens sobre práticas criminosas.

Em relação aos crimes patrimoniais, a proposta é reduzir as penas para furto — hoje na faixa de um a quatro anos de prisão — para seis meses a dois anos de prisão. A mudança evitaria as prisões em flagrante no caso de furtos de pequeno valor.

“Uma das consequências dessa modificação será impedir que aquela pessoa que hoje é presa por roubar um pacote de farinha se misture na prisão com criminosos muito mais perigosos e depois não consiga mais sair do mundo do crime”, diz o relator dos projetos, deputado federal Alessandro Molon (PT-RJ). Por outro lado, o proje-

to cria um novo tipo penal para a pirataria de sinal de TV a cabo.

O texto que trata de crimes relacionados à saúde pública traz ainda mudanças quanto à falsificação ou adulteração de remédios. A faixa de pena é diminuída de 10 a 15 anos para três a 15 anos de prisão, mas condicionada ao dano provocado à saúde do usuário.

Pela sequência, a Câmara deve votar ainda projetos que tratam de crimes contra a liberdade individual (como maus tratos, sequestro e cárcere privado), a paz pública (o principal foco são as milícias de policiais militares), a saúde pública, o meio ambiente, os idosos e, por último, as crianças e adolescentes. Todas as propostas já passaram pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ao contrário do Senado, que desde 2012 discute um projeto único e mais amplo de revisão penal, na Câmara a aposta é sobre um modelo pontual e fatiado.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Consenso

“No geral, [o pacote] é uma proposta de mudança consensual, que tira os equívocos, os excessos e a desproporcionalidade”, avalia o presidente da seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Juliano Breda, um dos integrantes do grupo técnico que, durante dez meses, ajudou a formular as proposições. Segundo ele, as alterações atacam pontualmente alguns dos aspectos mais criticados do código atual, de 1940. “Sempre se falou que a lei brasileira valoriza demais o patrimônio em relação a outros bens.”

“O trabalho da Câmara foi muito bom porque eles procuraram ouvir a sociedade e a comunidade acadêmica. No Senado, ficou muito mais voltado ao marketing das audiências públicas”, diz o professor de Direito Penal René Ariel Dotti, da UFPR. Ele participou do início das discussões técnicas no Senado, mas preferiu sair por considerar o debate “açodado”. “O prazo de seis meses para terminarmos o trabalho foi muito exíguo”, diz Dotti.

26 MAR 2013

“Uma das consequências dessa modificação [a redução da pena por furto] será impedir que aquela pessoa que hoje é presa por roubar um pacote de farinha se misture na prisão com criminosos muito mais perigosos.”

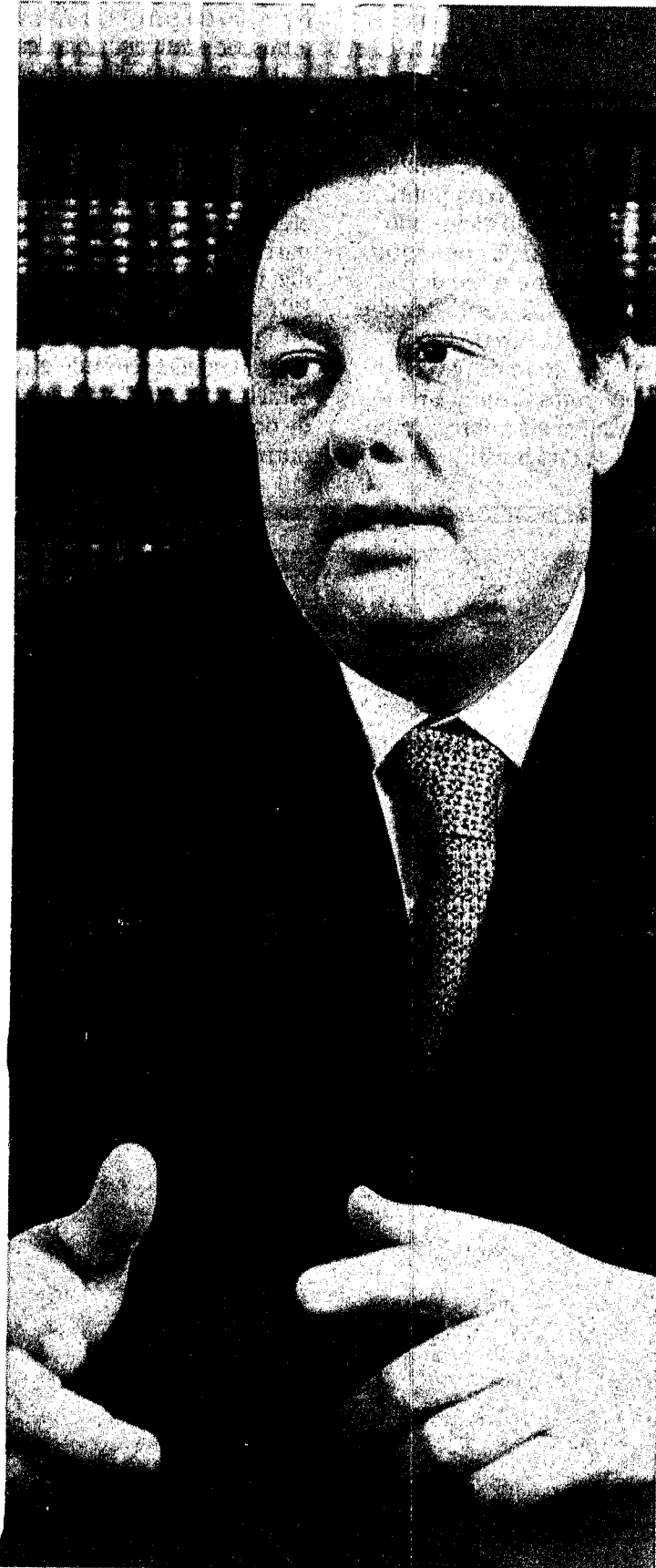
Alessandro Molon (PT-RJ), relator do pacote de projetos de mudança do Código Penal.

CONTINUA

26 MAR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



Juliano Breda, da OAB-PR: mudanças são consensuais.

TEMAS

Pacote inclui nove projetos, de acordo com áreas temáticas. Veja algumas das mudanças previstas nas três primeiras propostas, que devem ser votadas pelo plenário da Câmara nesta semana:

CRIMES CONTRA A VIDA

Homicídio simples

Aumento da pena mínima de seis para oito anos de prisão.

Homicídio qualificado

Mantém as penas entre 12 a 30 anos de prisão, mas amplia o rol de qualificações, como o assassinato motivado por preconceito (de cor, religião ou orientação sexual). Também inclui o homicídio de jornalistas para evitar publicação de práticas criminosas.

CRIMES PATRIMONIAIS

Furto

Redução das penas atuais, de um a quatro anos de prisão e multa, para seis meses a dois anos de prisão e multa.

Furto qualificado

Redução das penas atuais, de um a quatro anos de prisão e multa, para seis meses a dois anos de prisão e multa.

Pirataria de TV a cabo

Torna crime a interceptação de sinal e distribuição, com penas de um a cinco anos de prisão e multa.

CRIMES CONTRA A SAÚDE

O projeto traz mudanças quanto à falsificação ou adulteração de remédios. A faixa de pena é diminuída de 10 a 15 anos para três a 15 anos de prisão, mas condicionada ao dano provocado à saúde do usuário.

26 MAR 2013

GAZETA DO POVO

INVESTIGAÇÃO

Número de mortes suspeitas no Evangélico pode ser maior

O auditor do Ministério da Saúde que coordena a sindicância no Hospital Evangélico de Curitiba, Mário Lobato, disse que o número de mortes na Unidade de Terapia Intensiva da unidade pode ser ainda maior do que as que foram alvo de Investigação da polícia. A médica Virgínia Helena Soares de Souza, ex-chefe de UTI do hospital, é acusada de antecipar a morte de pacientes internados na unidade. A Justiça aceitou a denúncia do Ministério Público (MP) contra a médica e outras sete pessoas acusadas de envolvimento nas mortes de sete pacientes que estavam sob cuidados deles na UTI. O MP pediu ontem à Justiça que Virgínia volte para a cadeia. Mário Lobato revela ainda que alguns dos doentes estavam acordados e conscientes momentos antes da morte. "Um deles estava consciente, não estava ligado ao respirador. A outra foi uma paciente que pediu um copo de água para a enfermeira".

**1,7
MIL**

prontuários médicos dos últimos sete anos estão sendo analisados pelo auditor Mário Lobato. O MP também investiga outros 20 óbitos ocorridos no tratamento intensivo do Hospital Evangélico.

26 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Só 10% são aprovados em exame da OAB

RIO DE JANEIRO
Agência O Globo

Só um em cada dez participantes que prestaram o Exame de Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no início deste ano foram aprovados. O percentual de 10,3% é o pior resultado desde que passou a ser aplicado no formato unificado, em 2010. Os números foram apresentados na última sexta-feira pelo Conselho Federal da OAB.

Para o presidente da Comissão Nacional do Exame de Ordem da OAB, Leonardo Avelino, o baixo índice de aprovação não surpreende. Segundo ele, a tendência é que o percentual sempre oscile entre 10% e 15% a cada edição do exame. Avelino sugere ainda que a explicação para os tímidos núme-

ros seria a má qualidade das faculdades de Direito e até do ensino médio.

“Muitos que prestam o exame não são capazes nem de interpretar com profundidade um texto. Essa é uma lacuna deixada pelo ensino médio”, argumenta Avelino.

O presidente da Comissão Nacional do Exame da Ordem apontou ainda medidas que poderiam reverter o quadro de baixa aprovação, como o estágio obrigatório em órgão público na graduação, além do acordo firmado entre a OAB e o Ministério da Educação (MEC) que prevê um marco regulatório para os cursos de Direito no país.

Mas o resultado do exame não está sendo aceito pacificamente por parte dos participantes. De acordo com a estudante Lúcia Senna, que não foi aprovada no ano, há erros graves de gabarito na parte de Direito Constitucional na prova da segunda fase. Lúcia pede ainda que o MEC realize os processos seletivos junto com a OAB.

114.763

CANDIDATOS

prestaram a prova desde a etapa inicial. Apenas 11.820 foram até o final e vão receber a carteira de advogado. Já os 89,7% restantes não obtiveram nota suficiente para exercer a carreira. No exame anterior, realizado no ano passado, dos 118.217 inscritos para a primeira fase, 114.763 estiveram presentes e, desses, 19.134 foram aprovados na prova, ou seja, 16,67%.

26 MAR 2013

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA



Tribunal cassa a prisão domiciliar do juiz Lalau e ele voltará ao cárcere

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) cassou ontem a decisão que mantinha o **ex-juiz Nicolau dos Santos Neto (foto)**, de 84 anos, em prisão domiciliar e determinou a sua volta imediata ao cárcere. O juiz, conhecido também como "Lalau", está em prisão domiciliar desde 2007, após decisão de um juiz da vara de execução penal. Segundo entendimento do TRF3, o juiz da vara não tinha competência para determinar a prisão domiciliar. O tribunal ainda entendeu que o fato de Santos Neto ter 84 anos não é razão suficiente para a prisão domiciliar e que o tratamento médico que ele diz fazer poderia ser feito na prisão. O ex-juiz foi condenado à prisão, em maio de 2006, por ser o principal responsável pelo desvio de R\$ 169,5 milhões durante a construção do Fórum Trabalhista de São Paulo.

26 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Renan recorre contra a suspensão da lei dos royalties

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), ingressou com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a decisão da ministra Cármen Lúcia que suspendeu, na semana passada, os efeitos da lei que estabelece a nova distribuição dos royalties do petróleo. No recurso, chamado formalmente de agravo regimental, elaborado pela Advocacia do Senado, Renan pede que o plenário do Supremo reverta a decisão tomada individualmente pela ministra.

Ele acusa ainda o tribunal de ter agido como "instância revisora" de uma decisão tomada pelo Congresso. "O Supremo Tribunal Federal não pode se constituir em instância revisora das decisões políticas do Poder Legislativo, sob pena de subverter a harmonia e a independência dos Poderes da República", diz o recurso do Senado. No documento encaminhado ao STF, o presidente do Senado também afirma que Cármen Lúcia não notificou o Congresso para prestar informações a respeito de sua decisão. Outra crítica é que a ministra não poderia ter tomado a decisão de forma monocrática (individual), mas que apenas o plenário do STF tinha a prerrogativa de decidir conjuntamente sobre a redistribuição dos royalties.

COLUNA DO LEITOR

Aborto 1

Lamentável ler uma entrevista de um médico, o obstetra Jefferson Drezett, defendendo o aborto até a 12ª semana de gestação, afirmando que "direitos humanos não se aplicam à questão fetal" (*Gazeta*, 24/3). Ainda bem que, na mesma edição, a professora Lenise Garcia registrou consistente opinião em contrário, terminando seu artigo com uma afirmação bem abalizada: "Se o aborto é o problema, o aborto não pode ser a solução".

Rui Simon Paz, Campina Grande do Sul – PR

Aborto 2

Fiquei decepcionado ao ver o presidente do CFM, que obriga os médicos a terem um mínimo de conhecimento científico para exercerem sua profissão, manifestar publicamente sua ignorância em princípios biológicos básicos. Imediatamente após a fusão dos gametas masculino e feminino passa a existir um novo ser, com identidade genética própria e diversa da dos seus progenitores. Portanto, um novo indivíduo, e não um mero apêndice do corpo da mãe.

Pedro M. Piccoli, médico

PODER JUDICIÁRIO

JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE CITAÇÃO DA EMPRESA AUTO POSTO MADA LTDA. (BIG OIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA. ME), na pessoa de seu representante legal. COM O PRAZO DE VINTE (20) DIAS.

A Doutora GENEVIEVE PAIM PAGANELLA, Juíza de Direito Substituta da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.

FAZ SABER a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso neste Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível, situado à Avenida Cândido de Abreu, nº. 535, 1º andar, Edifício Montepar, Centro Cívico, nesta Capital, uma ação de **DESPEJO POR INFRAÇÃO CONTRATUAL** sob o nº. **83.423/2008**, movida por **PETROBÁS DISTRIBUIDORA S/A** contra **AUTO POSTO MADA LTDA. (BIG OIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA. ME)**, referente a um Contrato de Locação firmado em 01/05/1998. Encontrando-se o devedor **AUTO POSTO MADA LTDA. (BIG OIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA. ME)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 04.312.899/0001-39, atualmente em lugar incerto e não sabido, fica por este Edital citado com o prazo de vinte (20) dias, a partir da primeira publicação, para que no prazo de quinze (15) dias contestar a presente ação, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor. - O presente Edital será afixado no lugar de costume no Fórum e publicado na forma da lei. - Dado e passado nesta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos vinte e cinco (25) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze (2.013). E eu, (Soeli V. S. Delara) Escrevente Juramentada, o digitei e subscrevi.

GENEVIEVE PAIM PAGANELLA
Juíza de Direito Substituta

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Informe Judiciário

26 MAR 2013

METAS

O Tribunal de Justiça do Paraná cumpriu as Metas 1, 2, 3, 4 e 5 fixadas pelo CNJ para 2012, repetindo o que já havia ocorrido em 2011. No ano passado o destaque ficou por conta do resultado alcançado no cumprimento da Meta 1, que exigia o julgamento de quantidade de processo de conhecimento maior do que os distribuídos no ano. Mesmo com um déficit de juízes nas comarcas, aliado ao cenário de eleições, que costuma destacar alguns juízes para os trabalhos na Justiça Eleitoral, o Tribunal de Justiça do Paraná foi um dos poucos tribunais do país que ultrapassou a marca de 100%. Considerados os maiores tribunais do país, o de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o TJPR foi o único que atingiu a meta. O resultado mostra o compromisso da magistratura do Paraná e dos servidores do Tribunal de Justiça com a eficiência e o respeito aos direitos do cidadão.

ELEIÇÕES TJ

A Proposta de Emenda constitucional que permite a candidatura dos 120 desembargadores nas eleições para a cúpula do Tribunal de Justiça foi aprovada em segunda discussão na Assembleia Legislativa do Paraná no último dia 19. Segundo o Deputado Quinteiro "representa a redemocratização, o alcance do Poder Judiciário de dar oportunidade aos 120 desembargadores de ser candidato à presidência do Tribunal de Justiça. Isso vem ao encontro do Estatuto da Magistratura e o Estado do Paraná dá o exemplo", disse o Deputado. A referida PEC nasceu de uma proposta de alteração da Constituição firmada por 95 desembargadores no ano passado, por iniciativa do Desembargador Clayton Camargo, que entende que o Poder Judiciário é também um poder político que precisa fazer-se ouvir.

MUTIRÃO CARCERÁRIO

Mais de 1,4 mil processos de presos no Paraná estão sendo analisados desde quarta-feira (20) no Mutirão Carcerário do Poder Judiciário, realizado no Centro de Educação Básica de Jovens e Adultos, localizado junto à Colônia Penal Agroindustrial do Paraná, em Piraquara. Estão sendo avaliados casos que aguardavam julgamento na Justiça, incluindo livramento condicional, progressão ao regime aberto e semiaberto, indulto, comutação e remissão de pena e processos de internos de diversas unidades - Colônia Penal Agroindustrial, Penitenciária Central do Estado, Penitenciária Estadual de Piraquara, Casa de Custódia de Piraquara (antigo CT2), Casa de Custódia de Curitiba, Penitenciária Feminina do Paraná e Centro de Regime Semiaberto Feminino de Curitiba, além das delegacias de polícia de Curitiba.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A Organização das Nações Unidas realizou entre os dias 4 a 15 de março, a 57ª reunião da CSW (Commission on the Status of Women), tratando sobre questões relacionadas à violência contra mulheres e meninas. A Juíza Luciane Bortoleto, titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba, foi responsável pela representação do Brasil no painel denominado "Eliminação e prevenção: serviços multissetoriais e respostas para a violência contra mulheres e meninas", no qual destacou o protagonismo do Poder Judiciário na efetividade das normas legais, bem como iniciativas determinantes para a mudança de paradigmas nos julgamentos de casos afetos ao tema.

PLANTÃO JUDICIÁRIO

As juízas, Aline Koentopp (1º grau) e Dilmari Helena Kessler (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período de 25 de março a 01 de abril. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia em que não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323-6767/ 3200-3040.

imp@tjpr.jus.br

26 MAR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Projeto Eficiência garante celeridade à prestação jurisdicional

Projeto pode ser executado em
qualquer Vara de Execução Penal

A excessiva demanda de processos, o número quase sempre insuficiente de servidores para atendê-la e a inexistência de métodos e rotinas de trabalho estão entre as principais causas de morosidade na tramitação de processos no Brasil. Para mudar esse cenário, em 2011, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou o Projeto Eficiência, cujo objetivo é gerar maior celeridade e qualidade na prestação do serviço jurisdicional cartorário, com a implantação de organização cartorária e de método e rotina de trabalho de forma racionalizada, padronizada e equilibrada.

A iniciativa acontece sob coordenação do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do

Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ. O trabalho é dividido em cinco fases: Diagnóstico (levantamento de dados sobre o cartório); Organização cartorária (organização para melhor aproveitamento do espaço físico e prática para o manuseio diário); Triagem (identificação e realocação dos processos nas prateleiras); Estabelecimento de método e rotina de trabalho; e Avaliação dos resultados (acompanhamento das metas estabelecidas e eventuais ajustes no método e na rotina de trabalho).

O Projeto Eficiência pode ser executado em qualquer Vara de Execução Penal, Vara de Execução de Medidas Socioeducativas, Vara

Criminal ou Vara Judicial que pos- sua atraso no cumprimento e na apreciação de processos. Uma equipe composta por um membro do DMF e por cinco servidores de Tribunais de Justiça de estados distintos, anteriormente treinados, passa uma semana no cartório, efetuando, em parceria com a equipe local, a reorganização das atividades e competências, alterando-se completamente a rotina de trabalho do lugar. Também é feita uma nova divisão de tarefas, considerando aptidões e limitações pessoais dos servidores das Varas beneficiadas com a ação do Projeto.

Depois do Projeto Eficiência, as Varas de Execução passam por mudanças aparentemente óbvias e simples, mas que alteram a dinâmica de trabalho e repercutem diretamente na vida de milhares de pessoas. Entre elas, estão: a organização de processos em estantes, permitindo que todos os servidores possam consultá-los e localizá-los de forma fácil e rápida; a identificação de todos os processos corretamente; o alerta de que todo o cumprimento deve ser certificado com a data do cumprimento e o nome do funcionário (inclusive informando quais diligências foram realizadas por e-mail ou telefone); o alerta de que o cumprimento de um despacho ou decisão deve ser completo; jamais fazer atendimentos no interior da serventia, ficando a parte interna do cartório restrita aos servidores.

26 MAR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Sentença sem relatório que só remete a parecer do MP é nula

É nula a sentença fundamentada apenas em parecer do Ministério Público, sem apresentar relatório nem dispositivo. Foi a conclusão a que chegou, no dia 14 de março, a 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, ao dar provimento a Apelação Cível interposta contra sentença proferida pela 2ª Vara de Gramado.

“Para fins de evitar tautologia, acolho a promoção do Ministério Público pelos seus próprios fundamentos e desprovejo os Embargos apresentados pelo município de Gramado. Traga o credor o valor atualizado e prossiga-se na execução”, ordenou o juízo local ao julgar Embargos de Execução em agosto de 2012.

Em julgamento monocrático, o desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro, relator do recurso, afirmou que a preliminar de nulidade da sentença merecia ser acolhida, tendo em vista os termos em que foi proferida.

O juiz afirmou que não pode desconhecer a recente relativização da jurisprudência quanto ao disposto no artigo 458, inciso II, do Código de Processo Civil; e no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, que admitem a fundamentação “per relationem” — por remissão a outras manifestações ou peças processuais constantes dos autos —, desde que atendidos os demais requisitos essenciais.

“Na hipótese dos autos, a sentença não contém relatório e dispositivo, se limitando em acolher integralmente o parecer do Ministério Público de primeiro grau, sem sequer colacionar algum trecho da fundamentação expendida pelo ‘parquet’, ensejando a nulidade do julgado, diante do descumprimento do disposto no artigo 458, incisos I, II, e III do CPC”, finalizou.

Com a decisão, os autos retornarão à origem, para que uma nova sentença seja proferida.

26 MAR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

NOTA POLITICA

Eleição no TJ

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), entregou pessoalmente, no início da tarde desta segunda-feira (25), ao presidente do Poder Judiciário paranaense, desembargador Clayton Coutinho de Camargo, a Emenda Constitucional aprovada e promulgada no dia 20 que prevê a participação de todos os 120 desembargadores na escolha da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça, até então restrita apenas aos 25 desembargadores membros do Órgão Especial da Corte.

26 MAR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

MP pede nova prisão para ex-chefe da UTI

O Ministério Público do Paraná protocolou ontem um recurso pedindo que a médica Virgínia Soares de Souza, acusada de antecipar a morte de pacientes de uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico, em Curitiba, seja novamente presa. A partir de agora, o advogado de defesa da médica, Elias Mattar Assad, tem dois dias para se manifestar para depois o juiz decidir sobre a solicitação.

Virgínia Soares de Souza foi presa em 19 de fevereiro deste ano. Ela e mais sete pessoas foram acusadas pelo Ministério Público de homicídio com duas qualificações e formação de quadrilha, sendo que cinco chegaram a ser presas. Virgínia Soares de Souza foi a última entre os envolvidos a conquistar a liberdade.

O auditor do Ministério da Saúde e coordenador da sindicância aberta no hospital para investigar as denúncias, Mário Lobato, acredita que o número de óbitos supera os sete citados na denúncia. Segundo ele, foram identificados 20 casos semelhantes e outros 300 ainda precisam ser analisados.

26 MAR 2013

METRO

Assembleia aprova 25 novos desembargadores

Foi aprovado ontem, em segunda discussão na Assembleia Legislativa, a proposição de número 626/12, de autoria do Tribunal de Justiça, que cria 25 cargos de desembargador e 175 cargos em comissão para assessorar os novos magistrados. O custo anual, segundo o projeto, será de R\$ 25 milhões. Agora, a proposta segue para sanção do governador.

26 MAR 2013

METRO

**Evangélico. Mais mortes
na UTI são investigadas**

O número de mortes antecipadas na UTI Geral do Hospital Evangélico, que era chefiada pela médica Virgínia Soares de Souza, pode ser maior do que os sete óbitos denunciados pelo Ministério Público do Paraná.

A informação foi dada pelo auditor do Ministério da Saúde e coordenador da sindicância aberta no hospital, Mário Lobato, em entrevista ao programa Fantástico, da Rede Globo. Segundo ele, foram identificadas 20 mortes semelhantes às citadas na denúncia.

Ontem à tarde, o Ministério Público entrou com recurso para pedir que a médica volte a ser presa. Ela foi solta na última quarta-feira.

26 MAR 2013

METRO

Em dez dias, treze ônibus são incendiados no PR

Ataques. Foram sete no interior do Estado e seis em Curitiba. Secretaria de Segurança Pública afirma que investiga todos os casos

Desde o dia 14 de março, treze ônibus foram incendiados no Paraná. Somente no Norte do Estado, foram sete casos registrados nos municípios de Londrina, Arapongas e Maringá. Seis biarticulados também foram queimados em Pinhais, na região metropolitana de Curitiba.

O último ataque no Estado foi no domingo à noite, quando dois homens armados invadiram um ônibus em Londrina e obrigaram os passageiros a descerem. Em seguida, os criminosos atearam fogo no veículo e fugiram.

O secretário de segurança pública, Cid Vasques, afirmou que todas as situações estão sendo monitoradas e acompanhadas. Segundo ele, quatro pessoas já foram presas, três menores apreendidos e nove

foram identificadas. Mas ele descarta que haja relação com o crime organizado.

“Criminalidade organizada pressupõe uma cadeia de comando, um mínimo de coordenação e alguma disciplina. E o que estamos percebendo é que são ações isoladas, sem uma vinculação específica”, disse.

A única exceção são os ataques registrados em Arapongas. “Como houve uma situação na cadeia pública envolvendo uma operação de inspeção para a retirada de celulares, não podemos descartar uma eventual retaliação por conta disso”, explicou Cid Vasques.

Ocorrências:

- 1** Um homem ateou fogo em seis ônibus biarticulados em Pinhais, na região metropolitana no dia 14 de março
- 2** Um micro-ônibus e dois ônibus foram incendiados em Londrina nos dias 17, 21 e 24 de março
- 3** Dois ônibus foram incendiados em Arapongas nos dias 20 e 22 de março
- 4** Dois ônibus foram incendiados em Sarandi e Paçandu, na região de Maringá no dia 20 de março

26 MAR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Evangélico

Médica Virgínia Helena Soares de Souza, acusada de mortes em UTI de hospital, pode voltar pra cadeia. Ministério Público protocola pedido de revogação da liberdade

Liberdade ameaçada

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) entrou com um recurso junto à Justiça, no final da tarde de ontem, pedindo que a médica Virgínia Helena Soares de Souza, acusada de apressar a morte de sete pacientes dentro da UTI geral do Hospital Evangélico, volte para a prisão. Ela ficou um mês detida, porém foi posta em liberdade na semana passada. Além disso, o MP-PR também pediu que o Núcleo de Repressão aos Crimes contra a Saúde (Nucrisa), abra um novo inquérito para investigar ex-diretores do hospital e demais funcionários, que possam eventualmente estar envolvidos nas mortes.

Para o promotor Paulo Lima, do MP-PR, Virgínia precisa responder os crimes presa, "considerando o abalo da opinião pública, o clamor social e a gravidade do caso", além de ser apontada como chefe de quadrilha.

O promotor acredita que possa haver intimidação de testemunhas, isso porque alguns funcionários do hospital teriam manifestado certo "temor" com relação à Vir-



Virgínia e seu advogado, na saída da cadeia, semana passada.

gínia. Mesmo com as medidas restritivas feitas pela Justiça no momento em que a médica foi libertada - ela não pode se aproximar das testemunhas - o promotor acredita que a determinação é insuficiente. Segundo Paulo, no período em que Virgínia esteve presa, as investigações foram "robustecidas".

Ele ressaltou que todas as investigações estão sendo feitas com base nos prontuários recolhidos no hospital e que são acompanhadas por médicos especializados em medicina intensivista. O recurso

pedindo que Virgínia seja colocada atrás das grades novamente foi protocolado no da 2.ª Vara do Tribunal do Júri e tem 48 horas para ser apreciado.

O advogado da médica, Elias Mattar Assad, não acredita que ela volte a ser presa. Segundo ele, este seria um ato injurídico. De acordo com o defensor, apesar do MP-PR ter afirmado que outras mortes podem ter sido ocasionadas pela equipe da médica, não existem fatos novos que possam amparar uma nova detenção da médica.

CONTINUA

26 MAR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

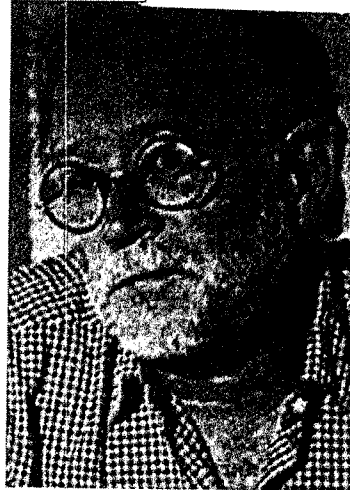
CONTINUAÇÃO

Pressão pra não investigar

Em entrevista ao programa "Fantástico", domingo, o auditor do Ministério da Saúde e coordenador da sindicância aberta contra o Hospital Evangélico, Mário Lobato, disse que após análise dos prontuários recolhidos pela polícia, foi possível identificar pelo menos outros 20 óbitos que teriam sido provocados pela equipe médica investigada.

Ele ainda afirmou que sofreu pressão para não ampliar as investigações. "Acreditamos que existe uma pressão velada porque isso, de uma forma ou de outra, atinge todas as UTIs, não só as de Curitiba", afirmou Lobato.

Ele acredita que o número de mortes suspeitas na UTI, que foi chefiada pela médica Virgínia por sete anos, pode ser ainda maior. "Os casos que já estão fechados são, praticamente, mais de 20, e nós temos quase 300 já para fazer esse fechamento", disse Lobato.



Lobato: 300 casos pra analisar.

De acordo com o MP, estes pacientes foram mortos por asfixia, com uso do medicamento Pavulon e diminuição de oxigênio no respirador artificial. Lobato garante também que a médica Virgínia tinha motivação financeira para liberar os leitos.

Mortes podem passar de 20

O grupo de médicos e enfermeiros que está sendo acusado junto com Virgínia pode responder por mais mortes ocorridas na unidade. "Há uma suspeita muito forte e elementos concretos que precisamos chegar a uma conclusão final. Os procedimentos usados [nestes novos casos] são semelhantes aos adotados nas mortes já denunciadas", afirmou o promotor Paulo Lima, do MP-PR.

Além de Virgínia, também

foram denunciados por homicídio os médicos Maria Israela Cortez Boccato; Edison Anselmo da Silva Júnior; e Anderson de Freitas; além das enfermeiras Patrícia Cristina de Goveia Ribeiro e Lais da Rosa Groff.

Outras duas pessoas foram denunciadas pelo crime de formação de quadrilha, a fisioterapeuta Carmencita Emília Minozzo e o enfermeiro Claudinei Machado Nunes. Mas elas não chegaram a ser presas.

26 MAR 2013
FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

De volta ao aborto

SÃO PAULO - Em geral, não dá certo explicar melhor colunas que não foram bem assimiladas de primeira, mas, em respeito aos que me escreveram para comentar o texto de sexta sobre o aborto, arrisco fazê-lo.

Eu até poderia ter dito que é inútil tentar proibir o que todos fazem, mas meu argumento não era esse, mesmo porque não é a maioria das mulheres que aborta. O que quis dizer quando evoquei a necessidade de construir 5,5 presídios por dia é que a pena prevista é desproporcional ao ato praticado, mesmo para quem julga o aborto um tipo de homicídio.

Com efeito, teríamos um país melhor se o sistema fosse capaz de prender todos os autores dos cerca de 35 mil homicídios dolosos anuais registrados no Brasil. Mas, se fizéssemos o mesmo com todas as mulheres que recorrem ao aborto, o resultado, penso, seria uma sociedade pior, já que multiplicaríamos a taxa de infelicidade sem extrair benefícios palpáveis.

Embora nossas mentes gostem de privilegiar instantes percebidos como essenciais, a natureza costuma operar por meio de processos contínuos. Não acho, portanto, que faça muito sentido marcar um momento mágico a partir do qual o embrião se torna titular de plenos direitos civis — quem você salvaria do incêndio na clínica de fertilidade, as duas crianças na sala de espera ou a geladeira com 200 embriões congelados?

Para os que insistem em ver as coisas dessa maneira, porém, lembro que a lei já prevê várias situações em que homicídios não são punidos. O próprio aborto necessário, para salvar a vida da mãe, é um deles. Há ainda legítima defesa, estrito cumprimento do dever etc. Até damos medalhas para nossos soldados que matam o maior número de inimigos, a maioria deles jovens tão inocentes quanto os nossos, que apenas nasceram do lado errado da fronteira. Historicamente, sociedades só proíbem os homicídios que tendem a desorganizá-las, tolerando e até incentivando os que as mantenham coesas.

26 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça federal decide que ex-juiz Nicolau deve voltar para prisão

Santos Neto está atualmente em prisão domiciliar, em São Paulo

O ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, 84, deverá voltar para o regime fechado, segundo decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), que inclui São Paulo, divulgada ontem. Dois juizes federais votaram a favor da recondução de Nicolau à prisão e uma juíza foi contra.

No entendimento do TRF, a Polícia Federal poderá levar Nicolau para a carceragem a qualquer momento.

A volta à prisão só pode ser suspensa caso ele obtenha alguma decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O advogado de Santos Neto, Celmo Assis Pereira, classificou a decisão de absurda e diz que vai entrar com uma reclamação no próprio TRF e um recurso no STJ.

O ex-juiz está preso em casa, no Morumbi (zona sul de São Paulo), desde 2007.

Em 2006, ele foi condenado a 26 anos de prisão. A Justiça decidiu que Nicolau foi o principal responsável pelo desvio de R\$ 169,5 milhões durante a construção do fórum trabalhista.

O juiz federal que relatou o caso no TRF, Luiz Stefanini, citou quatro razões para revogar a prisão domiciliar.

Segundo ele, um juiz da vara de execução penal não poderia ter concedido a prisão domiciliar, como ocorreu com Nicolau. O fato de ele ter mais de 80 anos não garante o direito à prisão domiciliar. Esse regime só pode ser concedido a quem esteja cumprindo pena em regime aberto, o que não é o caso do ex-juiz. Finalmente, o estado de saú-

de de Nicolau não é tão grave para que ele fique em casa, tudo segundo Stefanini.

O juiz cita um laudo médico de 2012: "Em relação ao exame psiquiátrico anterior, houve melhora nos aspectos depressivos, expressa na aparência, postura corporal, fluência verbal e psicomotricidade. Portanto, [...] não se justifica a prisão domiciliar".

OUTROLADO

O advogado Assis Pereira afirma que o próprio laudo faz ressalvas à idade e alerta sobre o risco de uma depressão de Nicolau aumentar com "mudanças drásticas".

Ele afirma que o ex-juiz tem ainda pressão alta e dificuldades de locomoção. "A carceragem da PF não tem como atender alguém nesse estado."

26 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Treze ônibus são incendiados no Paraná em menos de dez dias

Ataques atingem quatro cidades; Estado diz que ações são isoladas

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Em menos de dez dias, oito ataques a ônibus foram registrados no Paraná. Os veículos integravam a rede de transporte público de quatro cidades. Treze foram incendiados, em ação semelhante ao que ocorreu em Santa Catarina no início deste ano.

O último ataque foi na noite de domingo, em Londrina, onde dois outros ônibus já foram queimados. Não houve feridos. O governo estadual não vê ligação dos ataques com o crime organizado, mas não a descarta e transferiu, na semana passada, 38 presos ligados a facções crimino-

sas para presídios federais.

Essa ação, diz o governo, foi "preventiva", em razão de monitoramentos que identificaram que os presos queriam promover ações criminosas fora dos presídios.

Além dos incêndios, cuja motivação ainda não foi identificada, dois agentes penitenciários foram assassinados no mesmo período, mortes sob investigação. Para o governo, porém, os fatos não estão relacionados.

O secretário da Segurança, Cid Vasques, disse à **Folha** que o governo monitora os ataques. Ele carregava, no bolso, um relatório com o andamento das investigações.

"O serviço de inteligência

está operando de maneira vigorosa", diz. "O que estamos percebendo é que são ações isoladas, sem vinculação."

RIGOR

Fontes do setor de segurança, como advogados e policiais, dizem que a atual gestão tem feito inspeções rigorosas nas penitenciárias e retirado privilégios das facções criminosas, o que poderia ser a motivação para os ataques.

Já agentes penitenciários se queixam da superlotação das prisões, fato que o Estado nega dizendo que o aumento do número de presos (de 14 mil para 17 mil, desde janeiro de 2011) se deve a reformas nos estabelecimentos.

FOLHA DE S. PAULO

OAB vai ao Supremo contra o limite para gastos com educação

26 MAR 2013

Publicação do mensalão vai atrasar, dizem ministros

Para entidade de advogados, valores fixados pela legislação são “claramente irrealistas”

A Ordem dos Advogados do Brasil entrou ontem com um pedido para o Supremo Tribunal Federal considerar irregular a fixação de limites para dedução das despesas com educação no IR.

A ação contesta os tetos definidos para a dedução entre 2013 e 2015. Pela legislação atual, os limites para esses três anos são de R\$ 3.091,35, R\$ 3.230,46 e R\$ 3.375,83, respectivamente, em relação aos anos de 2012 a 2014.

Para a entidade, os limites são “claramente irrealistas”. De acordo com estudo da OAB, 56% das escolas têm anuidades que variam de R\$ 5.000 a R\$ 10 mil, enquanto 34% das escolas têm anuidades superiores a R\$ 10 mil. Gastos com saúde e com pensão alimentícia judicial não têm limites.

A ação será relatada pela ministra Rosa Weber. Ainda não há data definida para a análise pelo Supremo.

★

55) Fiz empréstimo com um amigo (R\$ 25 mil), que pagarei em abril próximo, sem juros. Como declaramos? (R.L.S.).

Você informa na ficha Dívidas e ônus reais (código 14) a natureza da dívida, o nome e o número do CPF do credor. No campo de 2012, indique os R\$ 25 mil. O credor informa o empréstimo a você no campo Discriminação da ficha Bens e direitos (código 51), indicando o nome e o CPF seus e

a forma de pagamento. No campo de 2012, ele indica os R\$ 25 mil.

56) Comprei carro por leasing, com entrada de R\$ 15 mil e financiamento de R\$ 27 mil em 24 parcelas de R\$ 1.282,43. Já paguei cinco em 2012. Como declaro? (L.P.).

Tratando-se de opção de compra exercida no ato do contrato com alienação fiduciária, informe, na coluna Discriminação da ficha Bens e direitos, os dados do carro e do contratante. No campo de 2012, informe R\$ 6.412,15. Deixe em branco o de 2011.

57) Comprei chácara, por R\$ 140 mil, pertencente a dois sócios. Paguei R\$ 75 mil de entrada e R\$ 65 mil pagarei em abril de 2013. Como declaro? (S.R.).

Na ficha Bens e direitos, informe o imóvel, com nomes e CPFs dos vendedores e a forma de pagamento. No campo de 2012, informe R\$ 75 mil (deixe em branco o de 2011).

58) Contraí empréstimo em 2012 com o banco onde tenho conta. Paguei toda a dívida em 2012. Como declaro? (L.M.P.).

Como o empréstimo foi tomado e pago no mesmo ano, não precisa ser informado.

Prazo para divulgação pelo STF acaba na 2ª

Ministros do Supremo Tribunal Federal consideram praticamente inviável a publicação do resultado do julgamento do mensalão no prazo oficial, que termina na próxima segunda-feira.

O acórdão deve reunir mais de 2.200 documentos com votos e intervenções dos ministros na análise do caso, segundo informação da corte.

Integrantes do STF apontam que há dificuldades para que o prazo seja cumprido especialmente porque o recesso de Páscoa começa amanhã. A revisão, portanto, deveria estar concluída até hoje. Alguns integrantes do STF calculam que o texto deva ser divulgado a partir de 8 de abril.

O documento é fundamental para o início do cumprimento das penas dos 25 condenados, pois abre prazo de cinco dias para a apresentação dos recursos das defesas contra condenações e do Ministério Público Federal sobre as 12 absolvições.

Dos 11 ministros que participaram da análise do processo, 3 ainda não liberaram a revisão: Rosa Weber, Dias Toffoli e Celso de Mello.

Tradicionalmente, o prazo para a publicação do acórdão não costuma ser respeitado no STF porque se trata de uma norma interna e não prevê qualquer sanção caso não seja cumprido. Até o fim do ano passado, mais de 2.000 ações esperavam a publicação do acórdão —a maioria com prazo ultrapassado.

26 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Senado questiona

Supremo sobre royalties

Em recurso, Renan afirma que tribunal não pode se tornar uma 'instância revisora' das decisões do Congresso

Legislativo quer o fim da suspensão que muda a divisão dos recursos do petróleo, decidida por ministra do STF

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), ingressou com um recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a decisão da ministra Cármen Lúcia de suspender a lei que estabelece nova distribuição dos royalties do petróleo.

Na semana passada, sem aguardar a análise do plenário, a ministra determinou a suspensão da lei que muda a divisão dos recursos, atendendo aos Estados produtores de petróleo.

Rio e Espírito Santo recorreram ao STF contra a lei porque são os dois principais produtores e perdem bilhões de reais com a mudança.

A lei dos royalties, suspensa pela ministra, foi promulgada na semana passada, após o Congresso derrubar o veto da presidente Dilma.

No recurso, elaborado pela Advocacia do Senado, Renan pede que o plenário do STF reverta a decisão e acusa o tribunal de ter agido como "instância revisora".

"O Supremo Tribunal Federal não pode se constituir em instância revisora das decisões políticas do Poder Legislativo, sob pena de subverter a harmonia e a independência dos Poderes da República", diz o recurso.

Renan também afirma que a ministra não notificou o Congresso para prestar infor-

mações a respeito de sua decisão e que não poderia ter decidido a questão sozinha.

No tribunal, não é comum uma decisão provisória (liminar) concedida individualmente em ações que questionam a constitucionalidade de uma lei.

Normalmente, o relator deixa para o plenário avaliar a necessidade de liminar.

Renan ainda questionou o mérito da decisão da ministra ao afirmar que o Congresso, ao derrubar os vetos da presidente Dilma, tinha o objetivo de assegurar aos Estados, aos municípios e ao Distrito Federal "participação nos resultados (natureza remuneratória) e compensação pela exploração do petróleo e do gás natural, bens de propriedade da União".

"Eles deixarão de receber os recursos a eles democraticamente destinados enquanto perdurarem os efeitos da medida liminar", diz o recurso do Senado.

O Legislativo, segundo Renan, tem a "prerrogativa precípua" de definir e alterar as regras de distribuição dos royalties por levar em consideração questões como "variações de produção e preço do barril de petróleo".

Cármen Lúcia disse, na semana passada, que decidiu individualmente porque a medida trazia risco financeiro para os Estados. Para ela, a questão era urgente. Ontem, até o encerramento desta edição, a ministra não havia se pronunciado sobre o recurso.

26 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

A advocacia *pro bono*

Um mês depois de promover uma audiência pública para discutir uma nova regulamentação para o exercício da advocacia *pro bono*, a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em São Paulo recomendou ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a adoção de providências para a reformulação da legislação em vigor que, entre outras restrições, proíbe os advogados de trabalhar de graça para pessoas pobres. A iniciativa da Procuradoria é apoiada por ex-ministros da Justiça e ministros dos tribunais superiores e tem por objetivo afastar o risco de aplicação de sanções disciplinares, pelo Comitê de Ética da OAB, aos profissionais que prestam assessoria jurídica gratuita a pessoas físicas.

Nos últimos 12 anos, a OAB já se manifestou pelo menos 20 vezes contra a advocacia *pro bono*. Em São Paulo, a seccional da OAB há mais de dez anos proíbe essa modalidade de prestação de serviço. Além de não ter mandado representantes para participar da audiência pública, a OAB não se manifestou sobre a recomendação da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de São Paulo.

Para a OAB, ao advogar de graça para ONGs, associações comunitárias e pessoas pobres, os grandes escritórios estariam se valendo da benemerência para captar clientela, caracterizando-se, desse modo, uma concor-

rência que é definida como “desleal” pelo Estatuto da Advocacia. Para a OAB, quem deve dar assessoria jurídica gratuita a pessoas pobres são defensores públicos ou advogados inscritos nos convênios firmados pelas seccionais da entidade com governos estaduais, como o de São Paulo.

O problema é que esses convênios se beneficiam de quem não tem recursos para defender seus direitos nos tribunais e proporcionam uma renda a advogados sem clientela – e é esse último aspecto da questão que centraliza as atenções. Com a proliferação de faculdades de direito, o mercado de trabalho desses profissionais ficou saturado. Como a oferta de profissionais é maior do que a demanda por seus serviços, os advogados sem clientes recorrem aos convênios de assistência judiciária para ter uma renda no final do mês. Pelas estimativas da seccional paulista da OAB, cerca de 47 mil advogados estão inscritos no convênio firmado com o governo estadual. Eles não prestam assessoria jurídica gratuita, uma vez que os honorários relativos aos seus serviços são cobrados do Estado.

Em São Paulo, o primeiro convênio foi firmado na década de 1980, quando a então Procuradoria de Assistência Judiciária não dispunha de profissionais em número suficiente para dar atendimento jurídico gratuito. O convênio foi sendo renovado até que, em 1988, considerando que a assistência jurídica

gratuita é obrigação do poder público, a Constituição obrigou a União e os Estados a criarem Defensorias Públicas. Para os constituintes, se o Estado dispõe de juizes para julgar e promotores para acusar, deveria completar o quadro com defensores concursados.

Desde então, defendendo o “mercado” dos advogados conveniados, a OAB-SP resiste à expansão da Defensoria Pública estadual e da advocacia *pro bono*. Essa reserva de mercado impede o acesso da população pobre à Justiça, que depende da advocacia gratuita para fazer valer seus direitos. “Não se pode negar ao advogado (*pro bono*) o exercício da liberdade de atender quem quer que seja”, diz o ex-ministro José Carlos Dias, que durante a ditadura advogou de graça para presos políticos. “Não se pode proibir o desprendimento. A profissão deve ser exercida com desprendimento”, afirma o ex-ministro Miguel Reale Jr. Impedir a advocacia *pro bono* “é construir um país egoísta”, lembrou o penalista Antonio Cláudio Mariz de Oliveira. “Ninguém tem o monopólio da miséria. Ela existe e temos a obrigação moral, como advogados, de fazer alguma coisa”, afirma Oscar Vilhena, diretor da Escola de Direito de São Paulo.

São advogados consagrados, que não precisam usar a benemerência para captar clientela deslealmente. Errado está quem tenta fazer de cidadãos pobres clientes cativos de uma corporação.

26 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Médica pode ir à prisão de novo

O Ministério Público do Paraná protocolou ontem na 2.^a Vara do Tribunal de Júri recurso pedindo nova prisão da médica Virgínia Soares de Souza, de 56 anos, ex-chefe da UTI do Hospital Evangélico, em Curitiba. Ela foi liberada dia 20, após ficar detida por um mês. A defesa terá dois dias para apresentar parecer antes do julgamento do recurso.

OMP alega que a médica é acusada de comandar uma quadrilha na UTI e também de coagir testemunhas e, nesse caso, deveria ser mantida presa. Virgínia e outras sete pessoas são suspeitas de terem apressado a morte de sete pacientes na UTI entre 2006 e este ano. Outras 21 mortes estão sendo investigadas.

Todos os acusados negam as denúncias.

Acusado de matar bebê é condenado a 60 anos

O Tribunal do Júri de Votuporanga (SP) condenou a 60 anos de prisão Braw Michel Verde, de 27 anos, por dupla tentativa de homicídio e pelo homicídio de um bebê de 10 meses. Os crimes ocorreram em 2011. Verde havia sido denunciado à Polícia Militar pelo alto volume do som do carro parado na frente de seu bar. Pensando que a reclamação partira dos vizinhos, Verde disparou quatro tiros pela janela da casa da família. Um matou a criança, que estava no colo da bisavó, e outro feriu um tio. A defesa vai recorrer.

26 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça Federal

manda Lalau de

volta para cadeia

Condenado por desvios na construção do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo, ex-juiz cumpria pena em casa desde 2007

O Tribunal Regional Federal da 3.^a região cassou a decisão que mantinha em prisão domiciliar o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, de 84 anos. A quinta turma do TRF-3 determinou a volta imediata ao cárcere do ex-magistrado, que cumpria a prisão em sua casa, no bairro do Morumbi, em São Paulo, desde 2007. Segundo o advogado do ex-juiz, Francisco de Assis Pereira, Nicolau seria conduzido no início da noite de ontem para a Superintendência da Polícia Federal na capital paulista. A defesa do ex-juiz informou que irá recorrer da decisão do TRF-3.

Ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2.^a Região, na capital paulista, o ex-juiz foi condenado a 26 anos de prisão em maio de 2006 pelos crimes de peculato, estelionato e corrupção passiva. Ele foi acusado de ser o principal responsável pelo desvio de R\$ 169,5 milhões durante a construção do Fórum Trabalhista em São Paulo.

O pedido de cassação da prisão domiciliar foi interposto pelo Ministério Público Federal. O julgamento do agravo de execução penal, feito pelo MPF – divulgado ontem –, foi realizado no último dia 18 de março e teve como relator o desembargador federal Luiz Stefanini.

De acordo com o TRF-3, a defesa de Nicolau dos Santos Neto sustentava que o réu, tendo mais

● Voto

LUIZ STEFANINI

DESEMBARGADOR FEDERAL E
RELATOR DO JULGAMENTO

“Dou provimento ao recurso ministerial, a fim de revogar a prisão domiciliar deferida e determinar a imediata transferência do recorrido ao cárcere”

de 80 anos de idade e com problemas de saúde, deveria continuar em sua casa, onde pudesse ser atendido caso houvesse necessidade de intervenção médica. O acórdão fundamentou que o preso já havia sido submetido a exames médicos, que concluíram por condições estáveis de saúde e, assim, a situação da prisão domiciliar não mais se justificava.

No seu voto, o relator argumenta que as condições de saúde do ex-juiz “são favoráveis, nada impedindo cumpra ele sua pena no cárcere, ainda que com a condição de ser submetido a cuidados especiais e a adequado tratamento de saúde”.

Espionagem. Em junho do ano passado, o Estado revelou que a Justiça Federal determinou nova perícia médica em Nicolau dos Santos Neto, após a Polícia Federal descobrir que ele estaria espionado sua escolta domiciliar por meio de uma câmera de circuito fechado que mandou instalar clandestinamente no cômodo da casa onde estavam alojados os agentes federais.

Stefanini, no seu voto, cita a representação apresentada pelo delegado da PF Ricardo Carriel de Oliveira, “dando conta do monitoramento ambiental ilícito promovido pelo recorrido em sua residência”. “Não obstante a gravidade do fato, após a constatação da existência do equipamento clandestino, o custodiado Nicolau dos Santos Neto, pessoalmente, exigiu a recolocação da câmera no exato local onde se encontrava.” Para o relator, o episódio “caracteriza descumprimento dos deveres do reeducando, desrespeito à Justiça e verdadeira afronta às funções institucionais do Estado.”

Francisco de Assis Pereira, advogado de Nicolau dos Santos Neto, criticou a decisão do TRF-3. “É uma decisão totalmente contrária à lei”, afirmou. “O doutor Nicolau não tem condições de saúde para voltar ao cárcere.”

26 MAR 2013

**JORNAL DO ESTADO
PROMOTORIA
PEDE NOVA
PRISÃO DE
EX-CHEFE
DE UTI DO
EVANGÉLICO**

Ministério Público alega que Virgínia Souza é acusada de comandar quadrilha; há mais mortes suspeitas para investigar.

26 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

Ministério Público pede nova

PRISÃO PARA MÉDICA VIRGÍNIA

MP-PR também requereu que o Nucrisa inicie novo inquérito, já que há suspeitas de outras mortes no período

O Ministério Público do Paraná protocolou no final da tarde de ontem, na 2ª Vara do Tribunal de Júri, o recurso que pede uma nova prisão da médica e ex-chefe da UTI Geral do Hospital Evangélico, Virgínia Soares de Souza, libertada no último dia 20 após ficar detida por um mês no Centro de Triagem I, na capital paranaense. A defesa terá dois dias para apresentar sua posição antes do julgamento do recurso.

O MP alega que a médica Virgínia é acusada de comandar uma quadrilha na UTI e também de coagir testemunhas e, nesse caso, deveria ser mantida presa. Virgínia e outras sete pessoas são suspeitas de terem assassinado, por meio de um coquetel de medicamentos aliado a procedimentos nos equipamentos de respiração, sete pessoas internadas na UTI entre 2006 e 2013.

Além dos sete óbitos relatados no inquérito, outras 21 mortes estão sendo investigadas e há, na opinião do MP, indícios de participações do grupo nessas mortes. Um grupo de auditores ligado ao Ministério da Saúde analisa 1.730

prontuários desse período (2006-2013) e acredita que o número de mortes pode ser maior.

Segundo o promotor Paulo Lima, a medida foi tomada pelas circunstâncias do processo. "A médica Virgínia tem uma certa influência e as pessoas se sentem constrangidas, além do que se acusa que havia uma quadrilha na UTI, em ações que não se explicam pelos prontuários", diz.

Defesa — Segundo o advogado de defesa Elias Mattar Assad, "ela está em casa, reclusa, e a meu pedido não tem saído para nada, nem para ir ao supermercado. Ela não fala com outras pessoas que não sejam familiares. Além disso, estão fazendo um cálculo de perigo abstrato. Quem está sendo ameaçado, constrangido, que testemunha é essa?"

As denúncias contra Virgínia tiveram início em março do ano passado, por meio de telefonemas anônimos para a Ouvidoria estadual. Elas foram repassadas ao Núcleo de Repressão a Crimes Contra a Saúde (Nucrisa) e resultou na prisão da médica em fevereiro.

Nova denúncia — A suspeita de envolvimento da médica em outras mortes no UTI Geral, e também do possível envolvimento de outras pessoas, fez com que o Ministério Público também requeresse a abertura de novas investigações e de um novo inquérito por parte do Núcleo de Repressão a Crimes Contra a Saúde (Nucrisa), que foi quem comandou as investigações de um ano na UTI Geral do Evangélico.

26 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

Lalau

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) decidiu suspender a prisão domiciliar preventiva do ex-juiz do Trabalho Nicolau dos Santos Neto, o “Lalau”. Ele responde a vários processos por participar do desvio de mais de R\$ 170 milhões na construção do Fórum Trabalhista de São Paulo, na década de 1990. Com a decisão da Quinta Turma do TRF3, o ex-magistrado terá que cumprir a prisão na cadeia. A detenção é preventiva porque o réu ainda não foi condenado definitivamente pela Justiça. Segundo o desembargador, exames médicos indicam que a condição de saúde do juiz Nicolau, atualmente com 83 anos, é estável, o que não justifica cuidados especiais em casa.